

## ESTRUTURA DE CAPITAL E CAPACIDADE DE PAGAMENTO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ

Fatima Eduarda Schmitk<sup>1</sup>  
Mara Cristina Rossini<sup>2</sup>  
Daiany dos Santos Silveira<sup>3</sup>  
Lilian de Andrade Itikawa<sup>4</sup>  
Régio Marcio Toesca Gimenes<sup>5</sup>  
Fátima Maria Pegorini Gimenes<sup>6</sup>

SCHMITK, F. E.; ROSSINI, M. C.; SILVEIRA, D. dos S.; ITIKAWA, L. de A.; GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. Estrutura de capital e capacidade de pagamento das cooperativas agropecuárias do estado do Paraná. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 12, n. 2, p. 337-363, jul./dez. 2011.

**RESUMO:** O início do cooperativismo como um plano de ação que objetivava o bem-estar de seus cooperados, deu-se com a fundação da Sociedade dos Probos de Rochdale, na Inglaterra. Seguindo o caráter de cooperação como doutrina, foram surgindo diversas cooperativas com o passar dos anos que induziram a criação da Aliança Cooperativa Internacional - ACI, que é uma instituição criada com o objetivo de representar e ajudar a desenvolver todas as cooperativas no mundo. Atualmente, em razão do mercado competitivo em que está inserido, o setor cooperativista enfrenta diversos desafios para sobrevivência, em decorrência de seu estatuto doutrinário fundado na cooperação e igualdade, diferente do estatuto apresentado pelos demais ramos de atividades presentes no sistema econômico. Em razão da relevância subjacente ao dilema enfrentado pelo cooperativismo, este estudo tem por objetivo buscar meios que demonstrem a real situação econômico-financeira enfrentada pelas cooperativas agroindustriais paranaenses. Dessa forma, mediante as técnicas propostas pelo cálculo e análise dos indicadores padrão do setor, foram extraídos diversos pontos relevantes destacados no estudo. Dentre estes, verifica-se, que o setor cooperativista agropecuário possui capacidade na liquidação de suas obrigações, embora sua estrutura de capital seja formada por passivos de curto prazo, decorrentes do grande número de imobilizações efetuadas pelo setor, tornando-o limitado na formação de uma estrutura

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis, integrante do PIC e do GEPAG - UNIPAR

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis, integrante do PIBIC e do GEPAG - UNIPAR

<sup>3</sup>Acadêmica do Curso de Administração, integrante do PIBIC e do GEPAG - UNIPAR

<sup>4</sup>Acadêmica do Curso de Administração, integrante do PIC e do GEPAG - UNIPAR

<sup>5</sup>Professor Orientador, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (GEPAG) - UNIPAR

<sup>6</sup>Professora orientadora - UNIPAR

de endividamento que proporcione a alavancagem de suas operações.

**PALAVRAS CHAVE:** Índice-padrão. Capacidade de pagamento. Cooperativismo agroindustrial. Estrutura de capital.

### **CAPITAL STRUCTURE AND PAYMENT ABILITY OF THE AGRICULTURAL COOPERATIVE OF PARANÁ STATE**

**ABSTRACT:** The beginning of a cooperative plan of action that aimed the prosperity to its members, came with the founding of the Society of Probos Rochdale, England. Following the character of cooperation such as doctrine, several cooperatives have emerged over the years that led to the creation of the International Cooperative Alliance, which is an institution created to represent and unify the principles of all cooperatives in the world. Currently, because of the competitive market that is inserted, the cooperative sector faces several challenges to survival, due to the doctrine status be established on an exceptional form, compared to other fields of activity present in the current economic system, given its character of equality and cooperation on behalf of a common goods. For the reason of the relevance behind the dilemma faced by the cooperative, through this work, ways were sought on to demonstrate the real financial situation faced by this economic sector, in the agro-industrial activity. Then, through the techniques proposed by calculation and analysis of Industrial Standard Indicators have been extracted several relevant points highlighted during this scientific research. Among these, it is possible to check, that the cooperative farming sector has the capacity to settle its obligations, although its capital structure is formed by short term liabilities, resulting from the large number of assets made by industry, making it limited in formation of a debit structure that provides the pull of its operations.

**KEYWORDS:** Index-standard. Payment ability. Cooperative agribusiness. Capital structure.

### **ESTRUCTURA DE CAPITAL Y CAPACIDAD DE PAGO DE LAS COOPERATIVAS AGROPECUARIAS DEL ESTADO DE PARANÁ**

**RESUMEN:** El inicio del cooperativismo como un plan de acción que objetiva el bienestar de sus cooperados, se dio con la fundación de la Sociedad de los Probos de Rochdale, en Inglaterra. Siguiendo el carácter de cooperación como doctrina, varias cooperativas han surgido en los últimos años lo que llevó a la creación de la Alianza Cooperativa Internacional – ACI, que es una institución creada con el objetivo de representar y ayudar a desarrollar todas las cooperativas en el mundo. Actualmente, en razón del mercado competitivo en que está inserido, el sector cooperativista enfrenta diversos retos para la supervivencia,

en recurrencia de su estatuto doctrinario fundado en la cooperación e igualdad, diferente del estatuto presentado por las demás esferas de actividades presentes en el sistema económico. Dada la importancia para el dilema subyacente enfrentado pelo cooperativismo, este estudio tiene por objeto buscar medios que demuestren la real situación económica y financiera enfrentada por las cooperativas agroindustriales paranaenses. De este modo, delante las técnicas propuestas por el cálculo y análisis de los indicadores estándar del sector, se extrajeron diversos puntos relevantes destacados en el estudio. Entre ellos, se verifica, que el sector cooperativista agropecuario tiene capacidad en la liquidación de sus obligaciones, aunque su estructura de capital sea formada por pasivos de corto plazo, derivados del gran número de inmovilizaciones efectuadas por el sector, lo que lo convierte limitado en la formación de una estructura de endeudamiento que proporcione el apalancamiento de sus operaciones.

**PALABRAS CLAVE:** Índice estándar. Capacidad de pago. Cooperativismo agroindustrial. Estructura de capital.

## 1 INTRODUÇÃO

As organizações estão inseridas em um mercado extremamente competitivo e com intensas transformações no emprego de tecnologias para desenvolvimento de processos e de produtos. Esta realidade faz com que os gestores enfrentem diversos desafios relacionados à tomada de decisões. Nesse sentido, este estudo está direcionado a atividade cooperativista agropecuária, que também enfrenta desafios para capitalização e manutenção de suas atividades em razão do dilema: competitividade e destaque econômico *versus* atendimento das necessidades dos cooperados seguindo seus princípios doutrinários de cooperação.

Este trabalho tem como objetivo principal verificar a estrutura de capital das cooperativas agropecuárias do estado do Paraná, elencando os índices – padrões do setor, analisando-os e destacando o resultado das decisões financeiras em termos de obtenção e aplicação de recursos.

Para que houvesse uma perfeita compreensão do assunto, fez-se primeiramente, por meio da pesquisa bibliográfica, o levantamento de fatos históricos que contribuíram para o surgimento e reestruturação do cooperativismo moderno.

Posteriormente, para a realização da pesquisa, os dados foram extraídos dos demonstrativos contábeis de cinco exercícios consecutivos, de uma amostra de vinte cooperativas agropecuárias do estado do Paraná, sendo o universo composto por sessenta e quatro cooperativas que atuam no mesmo ramo. Após o levantamento dos demonstrativos contábeis foi efetuada a sua padronização objetivando a consistência nos resultados obtidos. Foram selecionadas vinte co-

operativas, que possuíam todas as informações necessárias para a padronização dos dados utilizados. Após esta etapa, foi efetuado o cálculo dos indicadores econômico-financeiros e, posteriormente, o cálculo dos indicadores padrão, utilizando todas as técnicas propostas por esta ferramenta, analisando-se a mediana dos dados obtidos.

Essa ferramenta auxilia o gestor no processo de planejamento e controle com maior grau de eficácia, assim como, ao garantir mais êxito, satisfaz os interesses dos cooperados.

Procurando ampliar os conhecimentos do cooperativismo e suas doutrinas, o presente trabalho possibilitará a abertura de pesquisas posteriores, proporcionando dessa forma, a diversificação do conhecimento sobre a atuação cooperativista no estado do Paraná.

## **2 UMA VISÃO CRÍTICA DO SOCIALISMO UTÓPICO**

### **2.1 Conceitos ideológicos do socialismo espiritualista**

Esta corrente socialista moderna tem surgimento no século XIX, na França, onde as crises provocadas pelo avanço do sistema liberal estimularam pensamentos contrários às condições da época que favoreciam a criação da burguesia filantrópica (FUSFELD, 2001).

Hugon (1980) explicita que o socialismo utópico apresenta duas características principais: espiritualista, não materialista, em razão de estar embasado na ideologia de fraternidade e justiça e voluntarista, pois defende o poder da razão para resolução de problemas da organização econômica, de forma progressiva. Em função disso, não é determinista, haja vista que confia nas forças humanas e morais, sendo, portanto otimista.

Na busca de transformar o liberalismo, diversos pensadores se utilizaram de correntes de pensamento que buscam no racionalismo a saída para as contradições geradas no interior do pensamento capitalista. Conforme destaca Hugon (1980, p. 166) “poder-se-á distinguir, assim, neste socialismo espiritualista, três correntes principais: a corrente associacionista, a industrialista e a corrente de trocas”.

### **2.2 O socialismo associacionista**

Nesta corrente de pensamento alguns socialistas defendiam a importância da associação, subordinando religião, ciência, sociedade e algumas instituições políticas a severas críticas.

Este antigo ideal de vida perfeita no quadro de pequenas comunidades reaparece no início do século XIX, mas em pensadores que se opõem nitidamente ao cristianismo, em geral, e professam uma concepção rigorosamente naturalista do homem. Separam, portanto, antiqüíssimas concepções das suas raízes religiosas; e pretendem utilizá-las para resolver os problemas levantados pelo triunfo do capitalismo (DENIS, 1982, p. 369).

Nota-se, portanto, que a solução dos associacionistas está na mudança do meio econômico social. Segundo Hugon (1980, p. 166) “os associacionistas dão ênfase ao que, em sociologia, se chama de etiologia, ou seja, a subordinação do indivíduo ao meio”. Percebe-se assim que a mudança do meio social constitui uma transformação do liberalismo clássico para o socialismo e que tal subordinação do indivíduo predispõe a existência de uma autoridade.

Cabe destacar a existência de duas correntes associacionistas: uma liberal, e outra autoritária e seus respectivos pensadores.

### **2.2.1 Os principais pensadores da corrente associacionista liberal**

Robert Owen (1771- 1858) é o principal representante do pensamento socialista inglês, proprietário de diversas indústrias em *New Lanark*, demonstra uma grande contribuição prática por meio da aplicação de suas ideias socialistas no ramo fabril (FUSFELD, 2001).

Segundo Hugon (1980), Owen melhorou as condições de trabalho de seus operários, organizando sua educação moral e a educação moral de seus filhos; reduziu a jornada de trabalho de 17 para 10 horas; melhorou a alimentação dos trabalhadores e prestou assistência aos doentes e inválidos.

Denis (1982) defende que a política de Owen buscava ativamente a melhoria de condições de vida do homem, fundada na ciência da moral, que tem como princípio a ideia de que os homens têm interesse em se unirem no trabalho e cooperarem uns com os outros.

Charles Fourier (1770-1797), discípulo de Owen buscou aplicar o socialismo na prática. Defendia basicamente uma sociedade baseada na cooperação entre seus integrantes. Conforme descreve Denis (1982, p. 377) Fourier acreditava que “[...] uma nação já só deve constituir-se pela justaposição de certo número de falanstérios ou de colônias cooperativas que se administram a si próprias”.

Hugon (1980) define como falanstério uma forma de “hotel cooperativo”, onde cada um receberá em troca um número de ações proporcionais a sua contribuição. Nesse estágio os indivíduos usufruíam do socialismo de forma plena.

## 2.2.2 A corrente associacionista autoritária e seus representantes

Louis Blanc (1811-1882) critica severamente o ambiente econômico e social buscando a intervenção do estado no que tange a criação de associações; e defende o desaparecimento da livre-concorrência por meio de uma “oficina social”.

A produção far-se-ia, pois, na oficina sob a forma de associação de operários do mesmo ofício. Louis Blanc prevê a possibilidade de ampliação da especialização, de acordo com as necessidades: seria possível reunirem-se, em uma só oficina, profissões conexas, tendo em mira o melhor aproveitamento, no setor da técnica, das vantagens da concentração (HUGON, 1980, p. 181).

É notável a diferença entre a oficina social e o falanstério, pois enquanto a oficina social visava profissões conexas a fim de produzir para fornecer, o falanstério tinha como base uma produção diversificada baseada na troca em atendimento ao consumo próprio.

Hugon (1980) enfatiza que Louis Blanc nada mais propunha que a substituição do regime de livre-concorrência a um associacionista de sua imaginação, que em suma, tratava-se de um instrumento provisório que serviria para criar uma sociedade comunista.

## 2.3 O sansimonismo ou socialismo industrialista

Nesta corrente de pensamento destaca-se como socialista principal Saint-Simon (1760-1825), que defende a industrialização, embasando a formulação de suas regras de organização da seguinte forma: “a cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas obras” (HUGON, 1980, p. 188).

É interessante notar que em 1824, Saint-Simon inventou a palavra industrialismo, a fim de distinguir sua ideia do liberalismo, conforme explica Denis (1982).

Essa corrente de pensamento buscava normatizar e organizar o trabalho de forma que assegurasse a melhoria de vida das classes operárias ou prole, tendo duas obras que merecem destaque: a obra crítica e a construtiva do sansimonismo.

A obra crítica se dá primariamente em razão de que a propriedade dos meios de produção e dos capitais fica sujeita ao acaso do nascimento, de forma secundária entende-se que jamais se assegurará o reconhecimento da capacidade de cada um, explica Hugon (1980). É perceptível que o embasamento da ideologia de Saint-Simon apostava contra as mudanças no capitalismo, mantendo a

posição dos detentores do capital.

[...] Saint-Simon mantém o princípio da propriedade privada e dos meios de produção ou dos capitais. Ora os industriais e os banqueiros, proprietários dos capitais ou representantes desses proprietários agem com vistas a realizar lucros, e nunca a servir o interesse geral. Portanto, é impossível imaginar que possam, como tais, assegurar uma organização do trabalho e das trocas de acordo com esse interesse geral. Não se pode servir simultaneamente o capital e a sociedade. A ignorância deste facto constitui a principal insuficiência do socialismo de Saint-Simon (DENIS, 1982, p. 384).

Subjacente a ideia do princípio da propriedade privada e dos meios de produção ou dos capitais, chega-se a um paradoxo no que diz respeito a lucro/cooperação, pois conforme exposto não é possível servir concomitantemente a sociedade e o capital.

Com relação à parte construtiva do sansimonismo cabe salientar que se divide em dois aspectos complementares entre si: o autoritarismo e o coletivismo. Autoritarismo porque atribui aos mais aptos o encargo da organização da sociedade, motivando-os a elaborar um projeto de constituição política organizada por câmaras e pessoas com capacidade técnica que fazem parte da elite, ao mesmo tempo é coletivista pelo fato de que com o predomínio dos mais capazes, acrescentam os sansimonistas a de supressão da propriedade privada e a de abolição do direito de sucessão hereditária, explica Hugon (1980).

Ainda sobre este assunto o autor supracitado afirma que a pretensão do sansimonismo era assegurar a igualdade entre os homens, permitindo, porém, a reconstituição da desigualdade na qual vê.

## **2.4 O proudhonismo ou socialismo de trocas**

Nesta corrente de pensamento destaca-se como socialista principal Pierre Joseph Proudhon (1809-1865). Sua ideologia critica severamente o liberalismo e o socialismo, demonstrando em seguida um sistema reformado fundamentado no sistema de trocas.

[...] condena Proudhon essas doutrinas socialistas: do ponto de vista econômico, porque, longe de buscar o equilíbrio desejável, tendem a substituir os antigos desequilíbrios por novos, agravando, assim, o desperdício de forças, e do ponto de vista social, por instituírem o princípio comunitário, a hierarquia, a autoridade. Com isto aumentam a miséria, ao invés de assegurarem a igualdade, a liberdade, isto é, a justiça (HUGON, 1980 p. 201).

Proudhon teve plena consciência do antagonismo entre as classes, ao afirmar que a propriedade privada significava uma espoliação do trabalho. Assim, priorizava a igualdade e a liberdade, que eram sinônimos de solidariedade, pois, o homem mais livre é aquele que encontra no outro uma relação de semelhantes (FUSFELD, 2001).

Cabe citar que a visão que Proudhon tinha sobre os capitais era fundada no banco operário ou de trocas que se aplicadas causariam de forma natural o desaparecimento da renda sem trabalho, e também ordenaria a economia, a sociedade e a política (FUSFELD, 2001).

É digno de nota, que alguns princípios de Proudhon prevaleceram com o passar do tempo, embora sua construção do crédito gratuito generalizado seja inaceitável na teoria e irrealizável na prática, expõe Hugon (1980).

Percebe-se que os socialistas utópicos ou espiritualistas, não atingiram a criação de uma sociedade cientificamente fundamentada e de viável aplicação, porém, cabe salientar sua significativa contribuição para a formação das doutrinas econômicas e conhecimento dos pensamentos da época em razão da exposição de suas ideologias.

Assim, esses pensadores contribuíram para o aparecimento de ideias cooperativistas, fundamentadas na ajuda mútua, na igualdade, no associativismo e na autogestão. Contribuíram com ideias práticas e de grande valor, se tornando precursores de inúmeras realizações que enfatizam o espírito de associação e não o de concorrência.

### **3 O COOPERATIVISMO NO MUNDO: ORIGEM E EVOLUÇÃO**

O cooperativismo moderno surgiu com o objetivo de amenizar as consequências do capitalismo que desproveu grande massa social dos recursos necessários para a sobrevivência. Os baixos salários e a longa jornada de trabalho trouxeram muitas dificuldades socioeconômicas para a população. Diante dessa crise surgiram, entre as classes operárias, lideranças que criaram associações de caráter assistencial, objetivando amenizar os traumas sociais e econômicos decorrentes da revolução industrial.

Era a época da “*revolução industrial*”, conseqüente à invenção da máquina a vapor, por James Watt. Surgiam novas máquinas de fiação e tecelagem, mais aperfeiçoadas, cujo rendimento acarretou maior necessidade de lã. E para solucionar o problema, apelou-se para a transformação de lavouras em pastagens, o que ocasionou um surto de desemprego no meio rural e correlato aumento de trabalhadores urbanos (operários). Pode-se afirmar, assim, que o cooperativismo é um produto do industrialismo (NORONHA et. al., 1976, p. 18).



Seguindo a ideia de cooperação e igualdade como doutrina, em 1844 na cidade de Rochdale na Inglaterra, surge à primeira cooperativa formada por 28 tecelões, que buscavam amenizar as drásticas consequências da revolução industrial. Nascia a Sociedade dos Probos de Rochdale, conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo.

Os fundadores dessa cooperativa tinham a preocupação de que tal movimento se firmasse no campo econômico e social, e para tanto, formularam alguns princípios fundamentais que orientavam suas ações e atividades objetivando firmá-lo como doutrina, defende Noronha et al. (1976).

Apoiados na experiência dos precursores do cooperativismo, os pioneiros de Rochdale traçaram um plano de ação que tratava do atendimento das necessidades dos cooperados e seu bem-estar, conforme expõe a Organização das Cooperativas Brasileiras (1996), o plano de ação pautava-se nos seguintes aspectos: fornecimento de alimentos e vestuários; construção ou aquisição de casas, garantia de trabalho com dignidade; compra e arrendamento de terras para divisão individual e igualitária; instrução e desenvolvimento moral; e, ajuda a outros grupos com o objetivo de fundar novas cooperativas. Nota-se que de uma maneira simplista, porém abrangente, esse plano de ação objetivava ordenar as atividades do grupo, enfatizar o desenvolvimento da educação dos cooperados, almejando a expansão dessa forma de organização. Os pioneiros de Rochdale estabeleceram os princípios morais e a conduta considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico.

### **3.1 Evolução e princípios do cooperativismo**

O cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua natureza igualitária e social, o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas socioeconômicos. Sua atuação se faz presente na produção e distribuição de mercadorias, na agropecuária, no consumo, no crédito, no transporte, na educação, nos bancos, na habitação, na pesca e em toda ordem de serviços.

Conforme expõe o Brasil Cooperativo ([www.brasilcooperativo.coop.br](http://www.brasilcooperativo.coop.br)) os sete princípios que orientam o cooperativismo, e que levam seus valores à prática são: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e, finalmente, o interesse pela comunidade.

### **3.2 O movimento cooperativista no Brasil**

Em 1902, surgiram as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, iniciadas pelo padre suíço Theodor Amstadt. A partir de 1906, surgiram e se desenvolveram as cooperativas no meio rural, que eram idealizadas pelos produtores agropecuários (NORONHA et al., 1976, p. 21). Muitos deles de origem alemã e italiana trouxeram de seus países a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas.

A transformação do cooperativismo agrícola em empresa cooperativa ocorreu no final da década de 50, ocasionada por uma política governamental favorável à modernização e ao aumento da produção.

O cooperativismo brasileiro está agrupado numa entidade representativa, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), resultante da fusão de dois órgãos representativos que eram a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Brasileira das Associações Cooperativas (UNASCO), ocorrida no IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em Belo Horizonte, em 1969 (NORONHA et al., 1976, p. 22).

A Lei 5.5764/71 disciplinou a criação de cooperativas, mas a autonomia dos associados era restrita, interferindo na criação, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo. Essa limitação foi vencida pela Constituição de 1988, que proibiu o Estado de intervir nas associações, dando início à autogestão do cooperativismo.

Assim, “no Brasil, a sociedade cooperativa organiza-se de acordo com uma legislação específica, a lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, na qual é expressa, em seu artigo terceiro, a definição da cooperativa como uma sociedade mercantil sem objetivo de lucro” (BIALOSKORSKI NETO, 1998, p. 82).

### **4 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES**

O avanço tecnológico e a alta competitividade do mercado impuseram aos contadores, em especial aos que atuam na área gerencial, a incumbência de gerar informações precisas e confiáveis que auxiliem os gestores na tomada de decisões. Padoveze (2005) defende que a contabilidade gerencial passou a não somente registrar e analisar transações financeiras, mas a utilizar informações para a tomada de decisões.

Por meio das ferramentas contábeis o gestor cria condições de desenvolver planos estratégicos que o diferenciem da concorrência e trazem valor para

a empresa. Dentre tais técnicas, é digna de destaque a análise por meio de índices, que demonstra de forma clara e objetiva a situação econômico-financeira da instituição estudada. Por meio desta análise é possível extrair informações sobre a posição passada, presente e futura da empresa, defende Reis (2008).

Dada a importância da análise financeira para fins gerenciais e os benefícios que estão subjacentes a sua utilização, na sequência são apresentados os principais índices e suas características, bem como, a análise econômico-financeira efetuada por meio da utilização desses indicadores.

#### **4.1 A utilização de índices como ferramenta para tomada de decisões**

Os índices são uma ferramenta que permitem uma visão tanto econômica quanto financeira de uma empresa.

Matarazzo (2010) define índice como uma relação entre contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras que visam evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa, essa é sua principal característica. Nota-se uma estreita relação entre os indicadores e as demonstrações financeiras, assim, é de suma importância que os demonstrativos financeiros utilizados para esse fim sejam idôneos e demonstrem a realidade vivida pela empresa. Dessa forma, cabe complementar que demonstrativos inverídicos induzem a decisões incorretas, que por sua vez, comprometem a utilidade proposta por esta ferramenta.

Após a padronização que é um exame detalhado das demonstrações financeiras, sendo realizada pelos motivos de simplificação, comparabilidade, adequação aos objetivos as análises, precisão na classificação de contas, descoberta de erros e intimidade do analista com as demonstrações financeiras da empresa, então vem os Índices das Demonstrações, que significam uma visão da empresa economicamente (rentabilidade) e financeiramente (estrutura e liquidez), permitindo se criar um quadro de avaliação da empresa (SILVA, 2008, p. 5).

Percebe-se assim, que há uma necessidade de padronização e revisão das demonstrações financeiras, a fim de garantir a veracidade das informações obtidas por meio dos cálculos efetuados, que dotarão os gestores de uma ferramenta eficaz e satisfatória, pois, conforme defende Matarazzo (2010 p. 81) “um índice é como uma vela acesa num quarto escuro”.

#### **4.2 Indicadores de estrutura de capital**

Os índices que integram esse grupo procuram mostrar o resultado das decisões financeiras da empresa, em termos de obtenção e aplicação de recursos.

“O importante não é o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices que permita conhecer a situação da empresa, segundo grau de profundidade desejada da análise” (MATARAZZO, 2010, p. 82).

#### 4.2.1 Endividamento

O índice de endividamento relaciona as duas grandes fontes de recursos da empresa, patrimônio líquido e capital de terceiro.

São os indicadores de endividamento que informam se a empresa utiliza mais recursos de terceiros ou recursos dos proprietários. “A maior proporção de recursos próprios na estrutura de capital possibilita à empresa, se assim desejar, aumentar seu nível de endividamento. Isto ocorre quando a utilização de recursos de terceiros proporciona um retorno maior aos acionistas pelo efeito de alavancagem” (GIMENES; GIMENES; CAMPOS, 2005, p. 86).

O índice de endividamento indica quanto a empresa tomou de capitais de terceiros para cada \$100 de capital próprio investido e a interpretação dada é no sentido de que “quanto menor, melhor”, enfatiza Matarazzo (2010, p. 87).

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

#### 4.2.2 Composição de endividamento

O índice de composição do endividamento indica qual o percentual de obrigações que a empresa possui em curto prazo em relação às obrigações totais.

Uma coisa é ter dívidas de curto prazo que precisam ser pagas com recursos possuídos hoje, mais aqueles gerados a curto prazo (e nós sabemos a dificuldade em gerar recursos a curto prazo); outra coisa é ter dívidas a longo prazo, pois a empresa dispõe de tempo para gerar recursos (normalmente lucro + depreciação) para pagar essas dívidas. (MATARAZZO, 2010, p. 90).

A análise da composição do endividamento também é bastante significativa, pois demonstra o endividamento a curto prazo, que geralmente é utilizado para financiar o ativo circulante, e o endividamento de longo prazo que geralmente é utilizado para financiar as imobilizações.

Este indicador demonstra o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais e a interpretação dada é que quanto menor, melhor, define Matarazzo (2010).

$$\text{Composição de endividamento} = \frac{\text{Pacivo circulante}}{\text{Capitais de terceiros}} \times 100$$

### 4.2.3 Imobilização do patrimônio líquido

Através deste índice é possível identificar quanto do patrimônio líquido da empresa está aplicado no ativo permanente, evidenciando, dessa forma, a maior ou menor dependência de recursos de terceiros para manutenção dos negócios.

Outro aspecto importante, é que este índice pode evidenciar também, a existência ou não de dependência de capitais de terceiros para financiar o ativo circulante. “Se todo patrimônio líquido for utilizado para financiar o ativo permanente, não existindo capital circulante próprio, significará que todo o ativo circulante mais o realizável a longo prazo foram financiados somente com recursos de terceiros. Em princípio este fato não indica situação favorável” (RIBEIRO, 1999, p. 137).

Este índice demonstra o quanto a empresa aplicou no ativo permanente para cada \$100 de patrimônio líquido e a interpretação dada é que quanto menor, melhor, explica Matarazzo (2010).

$$\text{Imobilização do patrimônio líquido} = \frac{\text{Ativo permanente}}{\text{Patrimônio líquido}} \times 100$$

### 4.2.4 Imobilização dos recursos permanentes

Este índice mostra o percentual de recursos permanentes que a empresa aplicou no patrimônio líquido e exigível à longo prazo.

O imobilizado, que é um bem de longa duração, normalmente predomina dentro do ativo permanente, com isso, recomenda-se que a empresa utilize de recursos de longo prazo para financiar o ativo permanente, com prazo compatível com o tempo de duração deste imobilizado ou suficiente para gerar recursos capazes de resgatar a dívida de longo prazo.

A diferença entre ter e não ter capital circulante próprio é: quem tem bom capital circulante próprio goza da tranquilidade de boa saúde financeira a curto e longo prazo (a menos que a empresa sofra sérios prejuízos); quem não tem bom capital circulante próprio precisa, à curto prazo, consertar a situação com financiamentos e, à longo prazo, não pode ter certeza da manutenção da sua saúde financeira (MATARAZZO, 2010, p. 98).

Portanto, este indicador demonstra o percentual de recursos não correntes que a empresa aplicou no ativo permanente e a interpretação dada é: quanto menor, melhor, explica Matarazzo (2010).

$$\text{Imobilização dos recursos permanentes} = \frac{\text{Ativo permanente}}{\text{Patrimônio líquido} + \text{exigível/longo prazo}} \times 100$$

### 4.3 Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez permitem a avaliação da capacidade da empresa na liquidação de dívidas e obrigações tanto de curto quanto de longo prazo. Tais índices são obtidos por meio da confrontação dos ativos circulantes com as dívidas, buscando medir a solidez da base financeira da empresa, portanto não são índices extraídos do fluxo de caixa, explica Matarazzo (2010). Percebe-se assim que a capacidade de liquidação de dívidas de uma empresa está estreitamente ligada às decisões de financiamento e investimento de capital.

#### 4.3.1 Liquidez geral

“O índice de Liquidez Geral (*Current and long term asset to liabilities*) indica quanto a empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo, para fazer face às suas dívidas totais” (SILVA, 2010 p. 278). Dessa forma, é notável que a utilização do índice de liquidez geral possibilita uma análise financeira da saúde da empresa tanto a curto quanto longo prazo. Esse indicador demonstra o quanto a empresa possui no ativo circulante e realizável a longo prazo para cada \$1,00 de dívida total, portanto, a interpretação dada é: quanto maior, melhor, explica Matarazzo (2010).

$$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{Ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}}$$

#### 4.3.2 Liquidez corrente

O índice de liquidez corrente é amplamente aplicado nas análises efetuadas, em razão de demonstrar a capacidade da empresa em liquidar suas obrigações de curtíssimo prazo.

“O objetivo deste indicador é verificar a capacidade de pagamento da empresa dos valores de curto prazo” (PADOVEZE, 2009 p. 209). Portanto, é digna de nota a atenção que deve ser direcionada para as composições de ativos e

passivos, visto que estão diretamente ligados à qualidade dos resultados obtidos. Esse indicador demonstra quanto a empresa possui no ativo circulante para cada \$1,00 de passivo circulante, ou seja, quanto maior for o ativo circulante, melhor, define Matarazzo (2010).

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

### 4.3.3 Liquidez seca

O índice de liquidez seca possui a mesma utilidade do índice de liquidez corrente, a diferença está no fato de que os estoques são diminuídos do ativo circulante. Assim, “indica quanto a empresa possui em disponibilidades (dinheiro, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras de liquidez imediata), aplicações financeiras a curto prazo e duplicatas a receber, para fazer face a seu passivo circulante”, explica Silva (2010, p. 284).

Este índice visa medir o grau de excelência da situação financeira da empresa, enfatiza Matarazzo (2010), e não fornece conclusões precisas sobre os resultados obtidos, por isso é utilizado como indicador secundário, em face da habilidade do analista em interpretar os resultados alcançados. “Não há referencial claro para este indicador. Entendemos que cada empresa tem suas características operacionais que devem ser estudadas”, expõe Padoveze (2009, p. 210).

Matarazzo (2010), explica que o índice de liquidez seca indica quanto a empresa possui de ativo líquido para cada US\$1,00 de passivo circulante (dívidas de curto prazo) e a interpretação dada é: quanto maior, melhor.

$$\text{Liquidez seca} = \frac{\text{Disponível} + \text{aplicações financeiras} + \text{clientes de rápida conversibilidade em dinheiro}}{\text{Passivo circulante}}$$

### 4.3.4 Liquidez imediata

O indicador de liquidez imediata, basicamente, demonstra o quanto à empresa dispõe de recursos para liquidar as obrigações (dívidas) de curtíssimo prazo, ou seja, somente os ativos que realmente estão à disposição para utilização imediata.

É o indicador mais claro de liquidez, uma vez que considera apenas os ati-

vos financeiros efetivamente disponíveis para serem utilizados na execução de qualquer pagamento de curto prazo. Partindo da premissa de que tanto os estoques quanto as duplicatas a receber de clientes não podem ser realizados financeiramente em condições normais, pois são necessários às operações da empresa, o índice de liquidez reflete mais adequadamente a capacidade de pagamento de curto prazo. Convém ressaltar, também, que as obrigações do passivo circulante, sendo decorrente das operações normais da empresa, também são naturalmente renovadas, e, estaticamente, não são exigidas a todo instante (PADOVEZE, 2009, p. 210).

Elencado como o indicador que demonstra mais realisticamente a liquidez existente. Assim, com o quociente de liquidez imediata, é possível se obter um parâmetro das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de curto prazo) em relação às obrigações de curtíssimo prazo, expondo claramente o que está à disposição imediata na empresa.

Esse indicador demonstra quanto à empresa possui no ativo circulante (caixa, bancos, aplicações de curto prazo) para cada \$1,00 de passivo circulante, ou seja, entende-se que quanto maior for o ativo circulante de curtíssimo prazo, melhor.

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{Disponibilidade (caixa/bancos/aplicações financeiras)}}{\text{Passivo circulante}}$$

#### 4.4 Indicadores de atividade

Os índices de atividade demonstram para a empresa as mudanças ocorridas no seu capital e nos custos de sua produção. Por meio dessa ferramenta é possível analisar quanto tempo a empresa leva para pagar seus fornecedores, receber de seus clientes e obter lucros de seus investimentos.

A fim de efetuar a análise da atividade é necessário que se tenha informações contidas no balanço patrimonial, na demonstração do resultado do exercício - DRE e nas notas explicativas, visto que, as informações ali encontradas demonstram os fatos ocorridos na empresa. Por exemplo, é possível verificar se um fator interno ou externo pode causar mudanças na empresa que comprometam sua liquidação de dívidas.

Matarazzo (2010) enfatiza que a conjugação dos três índices de prazos médios leva a análise dos ciclos operacional e de caixa, elementos fundamentais para a determinação de estratégias empresariais, tanto comerciais quanto financeiras, que são vitais para o fracasso ou para o sucesso de uma empresa.

Nota-se, portanto que os indicadores de atividade além de servirem para



ajudar a empresa a conhecer como funciona seu processo de atividade operacional (os prazos médios de estocagem, os prazos médios de recebimento, os prazos médios de pagamento, o ciclo operacional e financeiro), auxiliam na avaliação de aspectos importantíssimos para a saúde econômico-financeira de uma empresa, tornando-se uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões.

#### 4.4.1 Prazo médio de estocagem

O prazo médio de estocagem serve para analisar quanto tempo em média uma empresa leva para vender seus produtos estocados, ou seja, quanto tempo os produtos ou matéria-prima ficam estocados na empresa até sua venda. Matarazzo (2010) expõe que o prazo médio de renovação de estoques representa na empresa comercial o tempo médio de estocagem de mercadorias; na empresa industrial, representa o tempo médio de produção e estocagem.

$$\text{Prazo médio de estocagem} = \frac{\text{Estoques}}{\text{CPV}} = X \ 360$$

#### 4.4.2 Prazo médio de recebimento

O prazo médio de recebimento pode ser compreendido como o período entre a venda do produto e o recebimento por essa venda, ou seja, mensura quanto tempo a empresa leva para receber a venda efetuada.

Schiavo (2007, p. 48), explica que “o prazo médio de recebimento de vendas é de grande importância, pois demonstra quanto tempo que a empresa leva, em média, para receber suas vendas, e a partir daí, se tem condições de trabalhar melhor o ciclo operacional da empresa”.

Nota-se, portanto uma estreita relação entre prazo médio de recebimento e ciclo operacional, sendo assim, é cabível enfatizar que quanto maior for o prazo de recebimento ou estocagem maior a onerosidade para empresa, visto que esses prazos têm ligação direta com o capital de giro.

$$\text{Prazo médio de recebimento} = \frac{\text{Duplicatas a Receber}}{\text{Vendas}} \times 360$$

#### 4.4.3 Prazo médio de pagamento

O prazo médio de pagamento pode ser compreendido como o período de tempo que a empresa leva para pagar as compras feitas dos fornecedores.

Padoveze (2009) enfatiza que este indicador tem como finalidade mostrar o prazo médio que a empresa consegue para pagar seus fornecedores, demonstrando uma dependência por parte da empresa da política de crédito que os fornecedores adotam. Cabe citar que quanto maior for o prazo de pagamento dado pelos fornecedores, melhor é para a empresa.

$$\text{Prazo médio de pagamento} = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} \times 360$$

#### 4.5 Ciclo operacional

O ciclo operacional pode ser compreendido como o período de tempo que a empresa leva entre a compra de matéria prima, o seu processo de transformação em produto acabado, o período em que fica no estoque até ser vendido, o pagamento dos fornecedores e o recebimento das vendas. Este indicador é uma valiosa ferramenta para comparar os prazos de pagamento, recebimento e rotação de estoques da empresa mostrando sua atividade principal, seu retorno, sua evolução e sua eficiência.

As empresas geralmente são influenciadas pelo seu processo operacional, que, varia de acordo com cada atividade, e, o ciclo operacional, ou seja, quando há aquisição de produtos para revenda, ou matéria-prima para industrialização, pagamento da compra ou da industrialização, venda de produtos acabados e recebimento das vendas, pode engajar em diferenciados prazos, tanto os pagamentos, como os recebimentos, os quais afetam a necessidade da empresa buscar recursos para financiar o seu giro (SCHIAVO, 2007, p. 51).

Padoveze (2009), explica que para se obter o ciclo operacional, basta somar o prazo médio de estocagem com o prazo médio de recebimento em dias, e que a empresa deve buscar o menor ciclo operacional possível.

$$\text{Ciclo operacional} = \text{Prazo médio de recebimento} + \text{Prazo médio de estocagem}$$

#### 4.6 Ciclo financeiro

O ciclo financeiro também definido como ciclo de caixa, pode ser compreendido como o período de tempo entre o pagamento de seus fornecedores e o recebimento de suas vendas.

Padoveze (2009, p. 217), explica que: “como parte do estoque tende a ser financiado rotineiramente pelos fornecedores, o ciclo financeiro tende a ser

menor (que o ciclo operacional). Assim, o ciclo financeiro é o ciclo operacional deduzido do prazo médio de pagamento”. Semelhante ao ciclo operacional, quanto menor for o ciclo financeiro melhor é para a empresa.

Ciclo financeiro = Ciclo operacional - prazo médio de pagamento

#### **4.7 Indicadores de rentabilidade**

Por meio dos indicadores de rentabilidade é possível verificar se os investimentos efetuados trouxeram rentabilidade para a empresa.

“Os índices deste grupo mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto rendeu os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa” (MATARAZZO, 2010, p. 110).

Nesta modalidade, as conclusões tiradas do resultado obtido só poderão ser elencadas como “alto ou baixo” após a análise das características da empresa, considerando o tempo de sobrevivência no mercado, o segmento que atua porte e atividade.

##### **4.7.1 Giro do ativo**

O giro do ativo é um indicador que mede a quantidade vendida pela empresa em relação à quantidade total investida. Silva (2010), defende que este é um dos principais indicadores da atividade da empresa, pois estabelece a relação entre as vendas do período e os investimentos totais efetuados na empresa.

Este índice indica o quanto a empresa vendeu para cada \$1,00 de investimento total efetuado, entende-se, portanto que quanto maior for o total de vendas efetuadas melhor será, explica Matarazzo (2010).

$$\text{Giro do ativo} = \frac{\text{Vendas líquidas}}{\text{Ativo}}$$

##### **4.7.2 Margem líquida, margem operacional e margem bruta**

Os indicadores da margem bruta, margem operacional e da margem líquida representam respectivamente: o quanto a empresa obteve de lucro por unidade vendida sem extrair os custos e despesas operacionais; o quanto a empresa obteve de lucro por unidade vendida; e, o quanto obteve de lucro após o imposto de renda.

Padoveze (2009) explica que esses indicadores são reproduzidos da análise vertical da demonstração de resultados e representa o quanto se obtém de

lucro por unidade vendida.

$$\text{Margem bruta} = \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita operacional líquida}} \times 100$$

$$\text{Margem operacional} = \frac{\text{Lucro operacional}}{\text{Receita operacional líquida}} \times 100$$

$$\text{Margem líquida} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Receita operacional líquida}} \times 100$$

#### 4.7.3 Retorno sobre os ativos

O cálculo do retorno sobre o ativo- RSA demonstra em termos percentuais o retorno obtido por investimento efetuado.

Segundo Matarazzo (2010) este indicador é uma medida do desempenho comparativo da empresa ano a ano, pois, mostra quanto a empresa obteve de lucro líquido em relação ao ativo.

Confirmando, Silva (2010) explica que o retorno sobre o ativo- *Return on Asset- ROA*, indica a lucratividade que a empresa obteve em relação aos ativos totais. Esse indicador demonstra quanto a empresa obtém de lucro para cada \$100 de investimento total, quanto maior for o lucro, melhor, expõe Matarazzo (2010).

$$\text{Retorno sobre os ativos} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{Ativo}} \times 100$$

#### 4.7.4 Retorno sobre o patrimônio líquido

O cálculo do retorno sobre o patrimônio líquido-RSPL demonstra a rentabilidade do capital próprio, ou seja, em termos didáticos, trata-se de uma junção dos demais índices calculados, que gera a informação final de quanto a empresa rendeu com os investimentos próprios efetuados.

“O índice de retorno sobre o patrimônio líquido (*Return on Equity-ROE*) indica quanto de prêmio os acionistas ou proprietários da empresa estão obtendo em relação a seus investimentos no empreendimento. O lucro portanto, é o prêmio do investidor pelo risco de seu negócio” (SILVA, 2010 p. 240).

A rentabilidade do patrimônio líquido é essencial para verificar o quan-

to de valor a empresa está criando para seus investidores. Matarazzo (2010) enfatiza que o valor do lucro líquido de uma empresa não é esclarecedor, mas deve-se comparar esse valor com o capital próprio investido. Sendo assim, é digno de nota também que, este indicador “é comparável para qualquer empresa, de qualquer setor, de qualquer país, de qualquer investimento”, afirma Padoveze (2009, p. 221).

Portanto, esta ferramenta indica o quanto à empresa obteve de lucro para cada \$100 de capital próprio investido. Segundo Matarazzo (2010) quanto maior o lucro, em relação ao capital investido, melhor.

$$\text{Retorno sobre o patrimônio líquido} = \frac{\text{Lucro líquido}}{\text{PL inicial} + \text{PL final}/2} \times 100$$

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisando-se a mediana dos índices padrões das cooperativas agroindustriais do estado do Paraná constatam-se as seguintes informações relevantes:

**Quadro 1:** Demonstrativo dos índices-padrão das cooperativas agropecuárias do Paraná

Índice	1º Decil	2º Decil	3º Decil	4º Decil	Mediana	6º Decil	7º Decil	8º Decil	9º Decil
Participação capital de terceiro	78,72	140,56	163,46	208,77	254,85	310,67	319,04	343,98	419,62
Composição do endividamento	59,39	68,50	88,27	101,83	109,05	121,95	126,78	137,57	142,71
Imobilização do patrimônio líquido	25,66	52,46	69,3	92,34	116,26	136,84	155,46	179,52	299,79
Imobilização dos recursos não correntes	24,83	46,56	59,41	63,77	79,05	97,85	106,22	115,79	127,64
Liquidez imediata	0,03	0,05	0,07	0,09	0,11	0,15	0,24	0,48	0,85

Liquidez geral	0,99	1,36	1,52	1,67	1,77	2	2,15	2,47	2,67
Liquidez corrente	1,55	1,81	1,96	2,02	2,19	2,44	2,82	3,03	3,62
Liquidez seca	1,10	1,3	1,35	1,56	1,68	1,81	1,9	2,07	2,84
Giro do ativo	0,78	1,51	1,98	2,46	2,68	3,05	3,59	4,1	4,59
Margem líquida	0,76	1,31	1,84	2,35	3,06	3,49	4,56	6,41	8,43
Rentabilidade do ativo	0,76	2,81	3,62	4,13	4,57	5,52	6,09	7,95	11,48
Rentabilidade do patrimônio líquido	3,48	6,47	8,87	9,41	10,14	12,32	16,99	20,22	22,06
Prazo médio de renovação de estoques	11,09	22,61	31,16	49,01	54,19	59,57	67,46	79,53	95,25
Prazo médio de recebimento de vendas	33,88	46,12	52,91	57,97	66,19	92,71	97,29	120,36	186,87
Prazo médio de pagamento de compras	14,83	20,99	27,76	30,01	33,05	36,45	37,77	56,24	132,47
Ciclo operacional	64,29	79,93	103,32	127,1	138,06	152,17	168,1	198,6	241,33
Ciclo financeiro	16,17	33,97	47,21	80,89	97,71	118,68	132,24	164,67	207,49

Fonte: Elaborado pelos autores.

No que se refere a estrutura de capital, nota-se uma expressiva participação de capitais de terceiros nas cooperativas agropecuárias paranaenses. Os índices analisados demonstram que para cada 100% de capital próprio, 254% foram tomados de capitais de terceiros, denotando uma situação desfavorável, haja

vista que o índice em questão é dado pela análise, quanto menor, melhor. Assim, relacionando-se as fontes de recursos de capitais próprios e de terceiros, observa-se que o setor cooperativo demonstra alta dependência de recursos de terceiros.

Quanto à composição do endividamento, em relação às obrigações totais da atividade cooperativista, constata-se que mais de 109% das obrigações totais são obrigações de curto prazo. Essa situação é desfavorável, visto que as cooperativas ficam impedidas de aumentar seu retorno pelo efeito da alavancagem operacional, em razão de que quanto maior proporção de capitais próprios na estrutura de capital, maior é o leque de oportunidades para um endividamento que traga retorno às atividades organizacionais.

No que se refere à imobilização do patrimônio líquido, para cada 100% de patrimônio líquido existe uma aplicação de 116% em recursos permanentes, demonstrando que o setor cooperativo imobiliza todo o patrimônio líquido mais recursos de terceiros equivalentes a 16% do patrimônio líquido; o que justifica a dependência elevadíssima de capitais de terceiros para o financiamento das atividades operacionais, influenciado também, pela deficiência no ativo de giro, demonstrando alta dependência de terceiros para o financiamento das atividades cooperativistas.

Quando se analisa a imobilização dos recursos não correntes, os índices mostram que a cooperativa destinou ao ativo permanente a média de 80% dos recursos não correntes. Cabe salientar que a parcela não destinada à imobilização dos recursos não correntes segue para a formação do capital circulante líquido, dessa forma, a folga financeira da cooperativa deve-se aos recursos próprios mais os recursos de longo prazo investidos no circulante. Assim, apenas 20% dos recursos não correntes adquiridos de fontes de longo prazo, são destinados a formação do capital circulante líquido, o que denota uma parcela mínima de financiamentos de giro financiados a longo prazo. Tal fato demonstra situação de alerta, pois sem folga financeira existe maior dificuldade para a capitalização das cooperativas e a manutenção de suas atividades.

Ao se analisar a liquidez imediata, o parâmetro obtido das disponibilidades (caixa, bancos e aplicações de curto prazo) em relação às obrigações de curtíssimo prazo, se verifica uma situação desfavorável, pois a disposição imediata de capitais é de apenas 11% para cada 100% de dívida de curto prazo no setor cooperativo.

Em relação à liquidez geral, o índice de imobilização do patrimônio líquido em análise demonstrou que 100% do patrimônio líquido estava imobilizado, dessa forma, os 20% de recursos não correntes direcionados ao financiamento das operações, estão sendo suficientes para proporcionar boa base financeira para o setor cooperativo. Isto se comprova com um indicador de liquidez geral de 1,77, demonstrando que para cada \$1 de dívida, a cooperativa possui uma

margem de 77%.

Quanto à liquidez corrente percebe-se que apesar de investir todo o patrimônio líquido no ativo permanente o setor cooperativo possui um índice de liquidez corrente estável, ou seja, para cada \$1 de passivo circulante o setor cooperativo disponibiliza \$2,19 no ativo circulante, tomando para tanto financiamentos de longo prazo.

Por sua vez, o índice de liquidez seca demonstra situação estável em relação ao passivo circulante do setor analisado. Nota-se que para cada \$1 de passivo circulante há uma margem de 68% de segurança excluindo-se os itens de maior risco do ativo circulante, como o estoque por exemplo.

No que se refere ao giro do ativo, percebe-se que o volume de vendas tem relação direta com os investimentos efetuados. Verifica-se que para cada 100% de investimentos efetuados o volume de vendas atingiu 2,68 vezes o volume de investimentos. Isto significa que o setor cooperativo possui um volume de vendas positivo em relação ao capital investido.

O cálculo da margem líquida demonstra que para cada 100% de vendas efetuadas, o setor cooperativo possui 3,06% de lucro, demonstrando um indicador relativamente baixo, que causa profundo impacto na rentabilidade do ativo.

Ao se apurar a rentabilidade do ativo percebe-se que para cada 100% de investimento total o setor analisado possui lucro líquido de 4,57%, ou seja, este indicador está diretamente ligado ao giro do ativo e a margem líquida, este, por sua vez deve causar alerta aos gestores no sentido da melhora gradativa deste índice, visto que por meio deste se extrai o poder de capitalização do setor cooperativo.

Quanto à rentabilidade do patrimônio líquido, para cada 100% de capital próprio investido o setor cooperativo possui uma rentabilidade de 10,14%, ou seja, para cada 100 reais de capital próprio investido o setor obtém mais de 10% de rentabilidade do capital próprio, demonstrando uma rentabilidade relativamente estável para o setor como um todo.

Ao se apurar o prazo médio de estocagem percebe-se que o setor cooperativo demora em média cinquenta e quatro dias para vender seus produtos estocados. É digno de nota que quanto menor o prazo, melhor é para o setor, em razão da onerosidade causada pela estocagem.

Em relação ao prazo médio de recebimento das vendas apurou-se que o setor cooperativo apresenta uma média de sessenta e seis dias entre a venda do produto e o recebimento desta venda, cabe enfatizar que este se trata de um indicador que quanto menor melhor, em razão da necessidade de financiamento do giro que está diretamente relacionada aos indicadores de atividade.

O prazo médio de pagamento de compras demonstra o período de tempo que a cooperativa leva para pagar as compras feitas dos fornecedores, prazo



este que é de trinta e três dias, em média, demonstrando uma situação passível de melhoras, haja vista que o prazo de recebimento das vendas é o dobro deste, ou seja, trinta e três dias são financiados com recursos próprios da instituição, aumentando, conseqüentemente a onerosidade à curto prazo.

Com relação ao ciclo operacional do setor cooperativo mediano é de cento e trinta e oito dias, ou seja, este é o período de tempo médio que decorre entre a compra de matéria prima, o seu processo de transformação em produto acabado, o período em que fica no estoque até ser vendido, o pagamento dos fornecedores e o recebimento das vendas efetuadas. Cabe enfatizar que este se inclui dentre os indicadores de maior atenção a ser direcionada, pois reflete a necessidade de recursos para financiamento do giro.

Por sua vez, o ciclo financeiro cooperativo mediano é de noventa e oito dias, ou seja, este é o período de tempo que decorre entre o pagamento de seus fornecedores e o recebimento de suas vendas. Da mesma forma, que os demais índices, deve ser avaliado pela direção de que quanto menor melhor. Sendo assim, o gestor deve estar atento a este indicador, buscando a diminuição de custos e aumento da rentabilidade, frutos do planejamento e controle organizacional.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na pesquisa efetuada conclui-se que a cooperação se faz presente desde o surgimento das primeiras civilizações. O socialismo utópico, porém, fez aflorar ainda mais a ideologia de união e cooperação, pois os pensadores dessa corrente doutrinária deixaram transparecer suas ideias de reforma do sistema econômico vigente. O cooperativismo moderno, por sua vez, se concretizou a partir da sociedade dos probos de Rochdale, considerada a primeira cooperativa do mundo. Assim, foram surgindo outras cooperativas levando a criação da ACI, instituição não governamental, independente, que integra, representa e serve as cooperativas em todo o mundo.

Cabe citar também que no Brasil o movimento cooperativista ocorreu desde o início da colonização, tendo como objetivo melhorar as condições de vida das pessoas, primando pelo bem-estar da coletividade sobre o do indivíduo.

No que se refere à análise econômico-financeira pela utilização de índices é possível concluir que os indicadores de liquidez, estrutura, atividade e rentabilidade possuem um caráter especial na geração de informações precisas para a tomada de decisões, em razão de sua amplitude avaliativa de todos os aspectos que envolvem o funcionamento de uma empresa. Ao utilizar esta ferramenta o gestor está equipado para alavancar suas atividades, reavaliar o modelo de gestão e criar planos estratégicos que propiciem a melhora gradativa desses índices, haja vista a utilidade nas comparações anuais que esse método proporciona.

Por meio da análise da mediana, usada como referência do cálculo do índice padrão das cooperativas agroindustriais do estado do Paraná, constata-se que o setor analisado possui uma estrutura de capital constituída principalmente por capitais de terceiros.

Verificou-se que as obrigações totais são expressivamente constituídas por passivos de curto prazo, sendo que o número de imobilizações é maior do que o seu patrimônio líquido, justificando, dessa forma, a alta dependência de capitais de terceiros para a manutenção das atividades.

Cabe destacar, que embora haja grande número de imobilizações, a parcela dos recursos não correntes, destinada à formação do capital circulante líquido, é suficiente para proporcionar indicadores de liquidez mais que satisfatórios para o setor analisado. Ocorre que o setor cooperativista agropecuário, de uma forma geral, encontra-se limitado no que diz respeito à formação de uma estrutura de endividamento que proporcione maior retorno às atividades operacionais, fato esse, conseqüente de sua alta dependência dos capitais de terceiros, principalmente na modalidade a curto prazo.

Constata-se na estrutura de capital que o financiamento de giro é composto por financiamentos de longo prazo, proporcionando, dessa forma, uma situação favorável de liquidez, demonstrando uma margem de segurança estável no que diz respeito às liquidações de curto e longo prazo. Nas obrigações de curtíssimo prazo (liquidez imediata), o setor analisado possui pouca disposição imediata de capitais, é digno de nota, porém, ao considerar os demais índices que denotam maior relevância, que tal fato não é base para induzir à conclusão errônea de possível inadimplemento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL COOPERATIVO. **Nascimento de uma grande ideia**. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/historia.asp>>. Acesso em: 14 maio 2011.

DENIS, H. **História do pensamento econômico**. 4. ed. Lisboa: Horizonte, 1982.

GIMENES, M. R. T.; GIMENES, F. M. P.; CAMPOS, G. R. Fontes de financiamento das necessidades líquidas de capital de giro em cooperativas agropecuárias: aplicações do modelo dinâmico de análise financeira. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Umuarama, n. 153, p. 88-92, maio/jun. 2005.

HUGON, P. **História das doutrinas econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas,

1980.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**: abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativas**: economia, crescimento e estrutura de capital. 1998. 257 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Escola Superior da Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1998.

NORONHA, A.V. et. al. **Cooperativismo**. Lopes de Oliveira: Cupolo, 1976.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **O cooperativismo no mundo**. Brasília, 1996. 28 p.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria estratégica e operacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REIS, I. dos. **Análise econômico financeira**: uma ferramenta importante nas tomadas de decisões. 2008. 19 f. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Contábeis) - Universidade Paranaense, Umuarama, 2008.

RIBEIRO, O. M. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SCHIAVO, E. ; GOZER, I. C. **Análise econômico-financeira da empresa Farinha Maniva Indústria de Alimentos Ltda**. 2007. 155 f. Monografia (Ciências Contábeis) - Universidade Paranaense, Umuarama, 2007.

SILVA, A. C. da. **A importância da utilização da análise financeira em micro e pequenas empresas**. 2008. 140 f. Monografia (Ciências Contábeis) - Universidade Paranaense, Umuarama, 2008.

SILVA, J. P. da. **Análise financeira das empresas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOCIALISMO UTÓPICO. Disponível em: <[http:// www.brasilescola.com/historiag/socialismo-utopico.htm](http://www.brasilescola.com/historiag/socialismo-utopico.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2011.